



**PRIMEIRO  
MINISTRO**

**DISCURSO DE  
SUA EXCELÊNCIA O PRIMEIRO-MINISTRO  
DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE,  
DR. RUI MARIA DE ARAÚJO,  
POR OCASIÃO DA  
REUNIÃO COM OS PARCEIROS DE DESENVOLVIMENTO  
DE TIMOR-LESTE DE 2016**

**“Financiamento para o desenvolvimento sustentável em Timor-Leste”**

**Centro de Convenções de Díli  
4 de julho de 2016**



Palácio do Governo,  
Avenida Presidente Nicolau Lobato,  
Dili, Timor-Leste

Excelências

Distintos Deputados

Colegas Membros do Governo

Dr. Mari Alkatiri, Presidente da Região Administrativa Especial de Oe-cusse Ambeno e das Zonas Especiais de Economia Social de Mercado de Timor-Leste

Excelências

Diretora Regional da OMS para a Região do Sudeste Asiático

Secretário-Geral para os ODS

Representantes do Corpo Diplomático, das Organizações da Sociedade Civil e do Setor Privado

Representante dos Parceiros de Desenvolvimento

Delegados do G7+

Distintos convidados

Senhoras e Senhores,

É com grande satisfação que me encontro em mais uma edição da Reunião com os Parceiros de Desenvolvimento de Timor-Leste, onde, anualmente, nos juntamos – membros do Parlamento Nacional, membros do Governo, setor privado e organizações da Sociedade Civil – para discutir e trocar ideias sobre os desafios com que nos deparamos, sobre as lições aprendidas e sobre os próximos passos que conduzem Timor-Leste rumo ao progresso continuado.

Esta é, também, a primeira Reunião com Parceiros de Desenvolvimento de Timor-Leste (TLDPM) depois de, no ano passado, ter sido adotada a nova Agenda para o Desenvolvimento Sustentável. Todos os países do mundo assumiram o compromisso de alcançar até 2030 os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para responder aos desafios enfrentados que as populações do mundo inteiro enfrentam. São objetivos comuns a prosperidade, a erradicação da pobreza, a luta contra a desigualdade e a injustiça e contra as alterações climáticas e sobre os quais, tenho o orgulho de referir, Timor-Leste está profundamente empenhado em alcançar.

Como sabem, a nova Agenda 2030 é baseada nos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), que guiaram e inspiraram os nossos esforços entre o ano 2000 e 2015. Timor-Leste, desde a restauração da nossa independência em 2002, tem feito um esforço tremendo para tentar alcançar os ODM para que pudéssemos melhorar a vida e o futuro do nosso povo, tal como consta no nosso Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030.

A verdade é que Timor-Leste, à semelhança de outros países frágeis ou afetados por conflitos, não atingiu nenhum Objetivo de Desenvolvimento do Milénio. O conflito e a instabilidade distraíram-nos do caminho para o desenvolvimento e prosperidade e fomos deixados para trás. A nossa história demonstra que a paz é realmente uma pré-condição para o desenvolvimento sustentável.

Apesar dos nossos desafios, Timor-Leste registou progressos notáveis que só foram possíveis depois de assegurarmos as condições para o desenvolvimento: paz e estabilidade. Felizmente não estivemos sozinhos. O nosso percurso para o desenvolvimento teve o apoio e empenho dos nossos amigos da comunidade internacional, dos nossos parceiros de desenvolvimento, que nos ajudaram em vários programas e em diversos setores. Juntos vimos melhorias no aumento do número de matrículas nas escolas, no decréscimo da taxa de mortalidade materna e infantil bem em doenças como a tuberculose e a malária, para mencionar apenas alguns exemplos.

Como nação, tivemos maturidade para reconhecer as nossas fragilidades e definir prioridades para conduzir o nosso desenvolvimento. Reconhecemos também as nossas circunstâncias únicas e a necessidade de apropriação dos nossos planos de desenvolvimento. E ao fazê-lo fomos capazes de transmitir confiança aos nossos parceiros de desenvolvimento, o que por sua vez conduziu a uma cooperação produtiva rumo ao nosso desenvolvimento.

E agora temos uma nova agenda para o desenvolvimento sustentável, aprovada no ano passado, que permite aos países, como Timor-Leste, estarem mais perto e posicionarem-se da melhor forma para concretizarem eles próprios estes objetivos globais, contribuindo também para o sucesso dos mesmos no mundo.

Os objetivos globais para um melhor futuro foram estabelecidos no mesmo ano em que o nosso país passou por uma transição de governação histórica, dando a uma geração mais jovem a oportunidade de conduzir os destinos do nosso país. O VI Governo Constitucional veio, assim, introduzir reformas estratégicas que asseguram e consolidam a continuidade do investimento no desenvolvimento dos setores social, económico, infraestruturas e boa governação do Plano Estratégico que traçámos para Timor-Leste.

Senhoras e Senhores

O VI Governo está ciente dos desafios que tem para enfrentar. Temos vindo a trabalhar para melhorar a prestação de serviços públicos, promover a diversificação da economia e aumentar a qualidade das infraestruturas com vista a aumentar o bem-estar e a qualidade de vida do nosso povo.

Na área da educação, o nosso trabalho tem tido maior foco na construção de pré-escolas porque sabemos que os primeiros anos de uma criança são cruciais para o sucesso do seu futuro. Reabilitámos de 500 escolas de forma a assegurar que as nossas crianças têm a escola que precisam para aprender e prosperar e continuamos a distribuir a merenda escolar e equipamentos para as escolas permitindo que alunos e professores gozem de melhores condições na aprendizagem e ensino.

Foi, também, implementado o novo Currículo para o Ensino Pré-Escolar e para o 1º e 2º Ciclos do Ensino Básico ao mesmo tempo que os professores receberam formação sobre os novos conteúdos curriculares, elevando a qualidade da aprendizagem.

Além disso, e com a percepção de que o desfasamento entre as competências adquiridas no sistema de ensino e as necessidades do mercado de trabalho está a prejudicar o acesso ao emprego por parte dos nossos jovens, começámos a reajustar a transição das nossas escolas secundárias para escolas mais viradas para a formação mais técnica e profissional.

No tocante à área da saúde, estamos a implementar o Pacote Compreensivo de Cuidados de Saúde Primária e o Programa de Saúde na Família que abrangeu milhares de famílias em todos os municípios e conseguimos, através da Campanha Nacional de Vacinação contra a pólio, o sarampo e a rubéola, vacinar 96% das crianças até aos 15 anos.

O Governo deu também maior ênfase à promoção da igualdade de género através do compromisso assinado com a Declaração de Maubisse. Acreditamos que as raparigas e as mulheres são decisivas para o nosso desenvolvimento.

É, ainda, importante realçar que continuamos a prestar apoio social a crianças, adultos, idosos, pessoas com deficiência e famílias carenciadas e que, através do Programa Bolsa da Mãe, beneficiámos mais de 50.000 pessoas.

Estamos cientes da importância crucial do crescimento económico e da diversificação da economia para criar postos de trabalho e aumentar a prosperidade do nosso povo. Por isso trabalhamos para criar condições apelativas para atrair investimento e potenciar as empresas locais, através da construção de infraestruturas essenciais e de legislação.

A construção de três grandes sistemas de irrigação e a conclusão de outros tantos; os mais de 430 hectares de floresta plantados; a manutenção e reabilitação de mais de 210 hectares de plantações de café e a extensão em cerca de 55 hectares desta plantação, o nosso produto mais exportado, são exemplos do trabalho realizado no setor da agricultura.

O crescimento e desenvolvimento do setor privado é notório se atentarmos nos mais de 8.400 certificados de licenciamento comercial que foram emitidos e renovados e nas cerca de 3.000 licenças para micro negócios emitidas.

Também o turismo é uma importante fonte de diversificação da economia e geradora de emprego e oportunidades para o nosso povo. Queremos mostrar o nosso país ao mundo e sabemos que podemos proporcionar aos turistas experiências únicas e especiais. Por isso, começámos a implementar o Programa de Turismo Comunitário para nos certificarmos que o povo vai beneficiar do turismo e vamos, ainda, lançar uma estratégia nacional de turismo este ano que vai conduzir ao crescimento deste setor.

A criação de um ambiente favorável às empresas reflete-se na construção de uma fábrica de bebidas pela Heineken Ásia-Pacífico, que deverá começar a sua produção no início do próximo ano, e na fábrica de cimento TL Cement com o lançamento da primeira pedra previsto para o início de 2017.

Continuamos a investir na melhoria das nossas infraestruturas e por isso estamos a melhorar as infraestruturas básicas em áreas como pontes e estradas, água e saneamento, energia elétrica, educação e agricultura entre outros, em todo o território nacional.

Os Planos Mestres de Água e Saneamento foram finalizados em alguns municípios, bem como a construção de 130 habitações pré-fabricadas e a instalação de contadores de eletricidade em todo o país. A construção do aeroporto de Oe-Cusse Ambeno já teve início e concluímos a Central Elétrica de Pante Makassar. Recentemente foi assinada a Parceria Público-Privada para a construção e operação do novo porto de Tibar, cujo início está previsto para o próximo ano e que dará emprego a mais de 1000 timorenses.

O Governo reconhece também que não pode alcançar resultados e progressos sem uma boa governação. Sem transparência, prestação de contas, transparência e liderança ética, não podemos alcançar o desenvolvimento sustentável. É por isso que estamos a realizar reformas na área da boa governação, a realizar auditorias aos ministérios e prestação de serviços públicos e a fazer todos os esforços para combater a corrupção.

Um dos nossos maiores desafios é o desenvolvimento dos recursos humanos que precisamos para construir a nossa nação. Assim, apostámos na melhoria das qualificações do nosso capital humano atribuindo mais de 2.500 bolsas de estudo nas áreas de saúde, engenharia, educação e administração pública e financiando mais de 15.000 pessoas em programas de formação técnica e especializações através do Fundo de Desenvolvimento de Capital Humano e, ao abrigo do Programa Nacional de Estágios, centenas de estágios foram facilitados.

E enquanto estamos a fazer tudo o que podemos para desenvolver o nosso país, também sabemos que a sustentabilidade futura da nossa nação depende de alcançar a soberania sobre nossos mares.

Mesmo com a grande conquista da nossa independência, as nossas fronteiras marítimas estão indefinidas. Isso faz com que os nossos setores das pescas, imigração, turismo e recursos saiam prejudicados.

Estamos muito satisfeitos pelo facto de o nosso amigo próximo, a Indonésia, ter concordado em negociar fronteiras marítimas, tendo já sido encetadas essas discussões. A Austrália, no entanto, recusou-se a negociar fronteiras marítimas permanentes, e impediu nosso caso de ser julgado por um juiz independente.

Não tivemos escolha e vimo-nos obrigados a iniciar um processo de conciliação obrigatória, ao abrigo da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar. Apesar de este processo nunca ter sido tentado antes, temos fé nas regras baseadas na arquitetura mundial, bem como a importância do direito internacional para resolver disputas e proteger a paz e a prosperidade mundiais. Como tal, é com grande respeito pelo nosso país amigo, a Austrália, que pedimos ao próximo Governo para olhar para o Mar de Timor com outros olhos, e que trabalhem juntos para resolver nossa disputa e ganhar credibilidade na construção da paz e da prosperidade na nossa região.

A definição definitiva das nossas fronteiras marítimas é o passo final para Timor-Leste ver realizada a nossa plena soberania; é também vital para a nossa autossuficiência para que possamos enfrentar os grandes desafios do nosso desenvolvimento sem as mãos atadas atrás das costas.

Senhoras e Senhores

Timor-Leste tem vindo a procurar diversificar e dinamizar a sua economia, tornando-a cada vez menos dependente das receitas dos recursos petrolíferos. No ano passado, por esta mesma ocasião, falámos sobre um conjunto de reformas a que o Governo está a proceder, que são também um incentivo ao investimento e que por isso contribuem para o desenvolvimento sustentável e para a sustentabilidade fiscal do nosso país.

Gostaria de recordar, senhoras e senhores, que as reformas legislativa e do setor da justiça; a reforma da administração pública; a reforma fiscal; e a reforma e fomento económico são essenciais para Timor-Leste e com um grande impacto nos nossos parceiros de desenvolvimento e nos nossos investidores.

A Comissão para a Reforma Legislativa e do Setor da Justiça tem vindo a trabalhar para melhorar a capacidade do setor legislativo e judiciário de forma a garantir e proteger os direitos dos cidadãos no acesso à justiça.

Criámos a Comissão para a Reforma Fiscal, já com o plano de implementação aprovado, que começou a analisar propostas legislativas, de procedimentos e políticas fiscais que nos permitem aumentar as receitas.

Também a Reforma da Administração Pública viu o seu Guia de Reforma aprovado. Este Guia contempla o fortalecimento institucional e da função pública, a reforma e capacitação do INAP e o reforço do controlo da gestão administrativa, financeira e patrimonial do Estado, criando melhores condições para que a nossa administração pública possa pôr em prática as suas competências e conduzir o Estado a prestar um serviço eficiente, eficaz e responsável.

Em fase de implementação encontra-se também o Guia de Reforma e Fomento Económico, coordenado pela Estrutura de Coordenação Económica que é responsável pela implementação de medidas concretas para a sua execução.

Mais. No início da nossa governação, e no sentido de melhorar a monitorização e avaliação da execução do erário público, entendemos que era necessário estabelecer uma Unidade de Planeamento, Monitorização e Avaliação de todo o Governo para que houvesse uma melhor ligação entre planeamento, orçamento e implementação. Quanto melhor for a ligação entre planeamento, orçamento e implementação, maior será o impacto das nossas medidas na vida da nossa população.

É um exercício que está a ser posto em prática e que se reflete já no orçamento para o ano de 2017. É um exercício que vai trazer mais transparência e uma melhor prestação de contas, quer em termos de investimento quer em termos de eficácia da ajuda, sendo um importante instrumento de monitorização e definição de prioridades, logo uma boa ferramenta de alinhamento entre Governo e parceiros de desenvolvimento.

Senhoras e Senhores

Congratulamo-nos por tudo o que já conseguimos alcançar com a noção do tanto que nos resta para atingir os objetivos com que nos comprometemos, e congratulamo-nos também por saber que nunca estivemos sozinhos na persecução dos nossos fins. O trabalho conjunto que temos vindo a desenvolver com o apoio do povo, da sociedade civil, do setor privado e dos nossos parceiros de desenvolvimento é motivo de orgulho para todos e continua a ser nesta base mútua de confiança e de reciprocidade que queremos percorrer o caminho que nos falta.

Alcançar os objetivos que a nova Agenda para o Desenvolvimento Sustentável 2030 nos traz constitui não um mas muitos desafios, que a serem concretizados trazem benefícios não só para um povo e nação mas para todos. Somos, por isso, todos chamados a contribuir para a sua concretização.

Timor-Leste está profundamente empenhado na realização das metas e dos indicadores que concorrem para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Poucos dias antes da sua adoção pelos países das Nações Unidas, o Conselho de Ministros começou por aprovar uma Resolução que adota os ODS tendo o Parlamento Nacional reforçado a mesma posição, sugerindo ao Governo o alinhamento destes com o processo de planeamento e orçamento.

E de forma a vincar o nosso compromisso, o Governo criou um Grupo de Trabalho responsável por mapear a operacionalização destes objetivos e a sua disseminação por todo o país, numa estreita coordenação e consultação entre as instituições governamentais, as organizações da sociedade civil e os parceiros de desenvolvimento, para poder também monitorizar e apresentar resultados sobre a sua implementação.

Assim, tentámos harmonizar estes objetivos no nosso exercício de planeamento e orçamentação para o ano de 2017, ligando-os ao Plano Estratégico de Desenvolvimento e ao Programa do Governo. Vamos, ainda, depois da avaliação que está a decorrer sobre os primeiros cinco anos de implementação do PED, e que em breve estará finalizada, incluir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável na necessária revisão do nosso Plano de Desenvolvimento com o intuito de ter uma melhor alinhamento para um impacto maior e transversal na nossa população. Até lá, numa segunda fase de consultas, queremos, claro está, envolver mais de perto o setor privado e as autoridades locais, desde os municípios passando pelos postos administrativos até aos sucos, cruciais neste processo.

Neste processo de melhoria da ligação entre planeamento e orçamentação que tem vindo a ser levado a cabo, ao qual se juntou a operacionalização e mapeamento dos ODS, resultou também a definição das prioridades do Governo para 2017: agricultura (combate à fome e

malnutrição); saúde; educação; água e saneamento; infraestruturas básicas e as eleições do próximo ano.

Por conseguinte, com esta ligação aos ODS, em 2017 o foco do Governo vai para os objetivos 2 (nutrição e segurança alimentar), 4 (educação) e 9 (infraestruturas). Num curto prazo, a atenção da ação governativa vai ainda recair noutros objetivos do desenvolvimento humano tais como a saúde (objetivo 3), a igualdade de género (objetivo 5) e água e saneamento (objetivo 6). Isto não exclui o facto de os Objetivos de 7 a 15 fazerem também eles parte do esforço do Governo a curto, médio e longo prazo. Cumulativamente, o foco sobre os Objetivos de 2 a 15, em conjunto com os esforços dos Objetivos 16 e 17, acabarão por levar Timor-Leste a alcançar o Objetivo número 1 em 2030, o que vai ao encontro da visão consagrada no Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030.

E relembro que o *focus* global dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são os “5 P” – **Pessoas; Planeta; Prosperidade, Paz e Parcerias** – escolhemos como tema principal da Reunião com os nossos Parceiros de Desenvolvimento o “Financiamento para o desenvolvimento sustentável em Timor-Leste”, cujo objetivo é reafirmar o nosso compromisso na implementação dos ODS ao nível nacional e abordar a sua melhor forma de financiamento. Para atingirmos estes propósitos precisamos de acesso a recursos - aos nossos recursos próprios, às nossas próprias receitas que podemos consagrar ao desenvolvimento sustentável do nosso povo, assim como os recursos suplementares de desenvolvimento e de instituições filantrópicas e do setor privado.

Acreditamos que com a revisão, alinhamento e harmonização do Plano Estratégico de Desenvolvimento com os ODS e com os instrumentos que criámos para uma melhor ligação entre planeamento, orçamento e implementação, criámos o cenário para um melhor diálogo no que respeita à mobilização de recursos financeiros adicionais para apoiar o desenvolvimento sustentável de Timor-Leste.

Com os esforços para mobilizar recursos internos para a implementação do Plano de Desenvolvimento Estratégico 2011-2030 e dos ODS, estamos cada vez mais conscientes do facto de que não podemos estar para sempre dependentes nem dos nossos parceiros de desenvolvimento, nem dos nossos recursos de petróleo e gás. Assim, lançámos o ano passado uma série de reformas, nomeadamente a fiscal, a económica, a da administração pública e a reforma legislativa, visando diversificar a nossa economia, atraindo mais investimentos privados nacionais e estrangeiros.

Apesar disso, sabemos também que não é fácil atrair investimento do setor privado para países frágeis ou pós-conflito devido à perceção dos riscos associados à instabilidade política e governação. A atual modalidade de “blended finance” pode ser uma solução promissora para isso e Timor-Leste anseia por aprender mais sobre isto e estar envolvido em discussões sobre esta modalidade de mobilização de recursos.



Senhoras e Senhores

Resta-me agradecer a todos os que têm vindo a trabalhar com Timor-Leste e que nos têm apoiado em vários níveis e nos diversos setores das nossas prioridades nacionais. Aproveito ainda para reiterar a importância do trabalho que temos vindo a desenvolver juntos e que tem conduzido ao progresso do nosso povo e do nosso país.

E uma vez que estamos todos juntos numa reunião dedicada ao financiamento do desenvolvimento sustentável de Timor-Leste, gostaria que este dia fosse também recordado como uma espécie de “lançamento simbólico dos ODS em Timor-Leste”, em que todos somos testemunhas do envolvimento e do compromisso que cada uma das instituições que representamos assume em prol destes objetivos globais.

Sejamos “Um por todos e todos por um”!

Muito obrigado.

4 de julho de 2016  
Dr. Rui Maria de Araújo